

# Do início ao fim: mediação e associativismo a partir do caso Nikkei em Uberlândia\*

Alessandra Siqueira Barreto\*\*  
Felipe de Oliveira e Silva\*\*\*

## Resumo

Este artigo apresenta a possibilidade de compreendermos o universo do associativismo imigrante e de descendentes por meio do conceito de *mediação política e cultural*. Partindo da reflexão sobre a noção de *mediação*, buscamos contextualizar o material coletado e estudado junto a uma associação de descendentes de japoneses em Uberlândia (MG), e refletir acerca dos processos que fazem com que as formas de mediação e liderança de indivíduos-chaves sejam questionadas, traçando um quadro de suas possibilidades e limites nesse meio associativo.

**Palavras-chave:** mediação, associativismo, cultura, imigrantes

## From the beginning to the end: mediation and associativism from the Nikkei's case in Uberlândia

### Abstract

This paper presents the possibility to understand the universe of immigrants' associations and their descendants associations using the concept of political and cultural mediation. Starting from the reflection on the notion of mediation, we try to contextualize the material collected from Japanese descendents in Uberlândia (MG), and to reflect on the critical forms of mediation and leadership by key individuals, tracing a picture of its possibilities and limits in this case.

**Keywords:** mediation, associativism, culture, immigrants

O conceito de *mediação* tem sido utilizado por pesquisadores das mais diversas áreas. A intensificação de seu uso a partir de uma associação com as possibilidades de regulação e intervenção social, assim como a criação de um campo de atuação e de profissionalização, nos impõe a necessidade de refletirmos e reavaliarmos o conceito. Sociólogos, antropólogos, educadores, advogados, cientistas políticos, gestores, jovens de bairros populares, mães, dentre outros, trazem a mediação à cena acadêmica e política, como mediadores em órgãos e entidades públicas, agências multilaterais, ONGs, escolas, associações e bairros sociais<sup>1</sup>.

A cidade, o meio urbano, traz de forma marcante essa dimensão à ordem do dia por meio da gestão urbana da diversidade social e cultural, da segregação socioespacial, dos processos e

negociações que envolvem remodelamento e planejamento urbano, enfatizando a presença do poder público na relação com os seus habitantes; assim como as alternativas coletivas por meio das formas de associativismo e de movimentos sociais lançam luz sobre a mediação em termos do contato e da construção da proximidade entre indivíduos, coletivos e Estado. Nesse sentido, a mediação constitui um tipo de atividade que privilegia uma relação social que opera com a aproximação, a participação e com a negociação, assumindo-se, dessa forma, o conflito como parte constitutiva das sociedades e a negociação como um desdobramento presente nas mais variadas formas de relações sociais.

Na gestão da diversidade, os bairros sociais, os subúrbios e as margens da cidade tornaram-se focos dessas políticas que visam uma espécie de

\* Este artigo foi desenvolvido graças ao apoio financeiro concedido pelo CNPq.

\*\* Doutora em Antropologia (PPGAS/MN/UFRJ), Professora do Departamento de Antropologia e do PPGA/UFF. E-mail: asbarreto@id.uff.br

\*\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. E-mail: felipewavemaster@gmail.com

reconciliação entre indivíduo e sociedade, cuja face mais notória passa a ser a da resolução dos conflitos e a garantia de pertença. Tal face vai sendo construída a partir da singularidade das configurações sociohistóricas de cada país, mas a questão da imigração e do lugar dos imigrantes e seus descendentes nessas sociedades toma cada vez mais espaço no cenário público.

D'autant que, dans le même temps, la politique de la ville évolue vers une nouvelle approche du traitement des problèmes, non plus en termes de handicaps à résorber, mais de ressources cachées à valoriser. Cette nouvelle approche se traduit par la recherche d'interlocuteurs locaux et la reconnaissance du rôle des habitants pour lutter contre l'exclusion. La connaissance du « milieu » pour pouvoir s'y appuyer, devient la base indispensable de toute action de « développement » dans les quartiers d'habitat social. L'appartenance est valorisée pour favoriser une relation « sensible ». Dans cette optique, le monde associatif est invité à se mobiliser. De nombreux habitants jouent aussi une fonction d'intermédiaires. Apparaissent, à partir du début des années 1980, en particulier dans les quartiers à forte population immigrée, des personnes-relais (cf. 3.3 -La médiation sociale et culturelle), essentiellement des femmes, qui jouent un rôle croissant dans l'interface entre ces populations, voire les populations françaises défavorisées, d'une part, et les représentants de l'administration d'autre part. Par leur connaissance du quartier et de ses habitants, elles s'affirment progressivement aux yeux des professionnels du social et des administrations comme les interlocuteurs recherchés. Ainsi, les acteurs « issus du quartier », les travailleurs sociaux issus de l'immigration, se multiplient. (Ferre, 2002, p.7)

Os imigrantes e seus descendentes parecem então surgir como um *outro* que, no processo de integração à sociedade, ficaram em sua grande maioria apartados em áreas específicas da cidade, corroborando uma associação entre discriminação econômica e étnica /cultural, cuja “invisibilidade” parece ter sido um dos efeitos produzidos por esse processo. O discurso

pela igualdade, mas reafirmando o direito à diversidade, como o exemplo do modelo francês, tem desdobramentos no meio urbano como enfatiza a citação acima, e acaba por dissimular situações de exclusão e permitir o aparecimento de posições que, utilizando o mesmo argumento a partir da ideia de uma irreduzibilidade das diferenças culturais, tem cada vez mais fomentado o preconceito e a segregação (Stolcke, 1997). No entanto, suas conseqüências não ficam restritas às áreas periféricas ou às populações imigrantes, e o outro lado da moeda pode ser percebido na institucionalização de processos de (re)valorização de laços sociais quer através de iniciativas voluntárias de grupos e coletividades, quer através de políticas públicas para a resolução de conflitos, para integração nas escolas locais, para a reintegração da família, entre outros<sup>2</sup>.

Quer essa dimensão da mediação reflita a administração de um tipo de justiça social atribuída à prática da mediação como resolução de pequenos conflitos no seio das famílias, nos bairros populares, entre vizinhos; quer se manifeste como uma política de governo para a integração desses “outros”, o litígio parecer tornar-se o centro da atenção e as relações sociais passam a ser vistas a partir da lente do conflito permanente e do tornar possível alguma paz, alguma harmonia (Bonafe-Schmitt, 2006). Reabilitar, harmonizar, ressocializar **são palavras** recorrentemente utilizadas nos mais diferentes trabalhos, lado a lado com a noção de mediação. Pressupõe-se, portanto, um cenário de perda e escassez dos vínculos sociais e de laços de solidariedade, onde um ator em especial (em muitos casos, externo) é convocado a restabelecer a ordem.

No entanto, há mais na mediação do que uma prática compensatória. Ela é uma atividade constitutiva do dia a dia dos indivíduos no mundo contemporâneo. Assim, a compreensão da mediação a partir de diferentes níveis, nos permite ressaltar a *mediação social* e comunitária tanto quanto a sua dimensão cultural. A *mediação cultural* põe em relevo o lugar do *broker* realizando uma crítica ao entendimento deste como alguém que simplesmente faz a intermediação entre a cultura popular ou local e os níveis nacional e internacional, conferindo relevo aos mediadores como inovadores na

comunidade local, enfatizando contextos de mudança econômica e social e como esses atores estabelecem e reordenam significados sociais (Peace, 1998; Brown, 1992; Gershon, 2006)<sup>3</sup>.

Apesar das divergências, parece predominar, na maioria dos trabalhos que tocam de alguma forma na noção de mediação, uma elaboração minimamente consensual de que esta implica, em graus variados, em uma (re)valorização do associativismo ou da ação visando um coletivo. Enquanto alguns estudos vão apresentar uma leitura sob o foco da *mediação social* como mais institucional, outros enfatizarão a *mediação comunitária* a partir do engajamento voluntário dos indivíduos em causas-situações que o atinjam, em um processo de tomada do poder de resolução, de ação e transformação (Bonafé-Schmitt, 1992; Freynet, 1995; Bondu, 1998; LeChaux e Meynier, 2000; entre outros). Enfim, os *cultural brokers* podem ser definidos, grosso modo, como indivíduos que (re)ligam ou (re) fazem a mediação entre grupos ou pessoas de diferentes *backgrounds* culturais a fim de reduzir os conflitos existentes ou estimular uma mudança, agindo assim no *between* das práticas de mediação. Nesse *between* da mediação, as entidades e associações que também são mediadores, criam suas próprias definições e nos fornecem seu olhar sobre o tema, enfatizando as matizes e os diferentes atores em cena, o poder da informação para os recém-chegados, os impactos da diferença cultural em suas vidas, as vicissitudes da integração. Apresentam ainda os mediadores como peças fundamentais nesse processo<sup>4</sup>.

There are two main ways that refugees are educated. One is through the media and omnipresent advertising. The second is through cultural brokers — schoolteachers, caseworkers, public health nurses, and American friends who may teach them to make intentional decisions about what to accept and what to reject in America. Cultural brokers help ease people into each other's cultures. Foucault wrote that "information is power." Cultural brokers give newcomers information that directly translates into power. [...] Every newcomer needs someone who knows how to get things done locally. Communities

are nuanced cultures, and the nuances are precisely what newcomers need help with. One aspect of being a cultural broker is being an introducer. Cultural brokers can attend every first meeting between a refugee and a caseworker, doctor, banker, or employer. Just being present as a supportive friend helps these first meetings, often filled with anxiety on all sides, go more smoothly. (Unitarian Universalist Association)<sup>5</sup>

A mediação, portanto, não deve ser analisada como categoria universal. Situa-la é imprescindível para a apreensão de suas modalidades e nuances. Algumas perguntas parecem que só são suficientemente respondidas na contextualização, a partir do recorte pautado nos atores envolvidos, no objeto da mediação, nas formas da relação. Nesse sentido, será na relação estreita entre imigração e mediação que procuramos colocar em destaque o processo de criação, tanto quanto da dissolução, de uma forma associativa criada por descendentes de japoneses no município de Uberlândia.

## OS NIKKEI E A PRÁTICA ASSOCIATIVA

Ao longo da história da imigração japonesa no Brasil, encontramos uma vasta gama de classificações que os imigrantes receberam, tanto quanto à sua origem nacional, quanto à sua ascendência, à sua descendência, à sua atuação, à sua produção, enfim, todas as esferas de sua vida. Nas primeiras décadas do século XX, a maior parte dos imigrantes utilizava a autodenominação "japoneses" (*nihonjin*), pois assim fazia a maioria de seu grupo. Ao mesmo tempo, emergia fortemente o termo *Nissei* (que significa a segunda geração de japoneses), influenciado, sobretudo, pela sua aplicação entre os nipo-norte-americanos (Lesser, 2001, p.226). Quando, na década de 1930, a política brasileira anti-imperialista se aplicava para a reafirmação da identidade nacional (identidade brasileira), o termo "*nissei*"; ostensivamente norte-americano, foi abandonado em favor de "*danissei*", mas este último não foi muito aceito, caindo em desuso. Já na década de 1940, o termo "Nikkei" passou a distinguir os nipo-brasileiros tanto da geração imigrante quanto dos nipo-americanos (dos

Estados Unidos) (Lesser, 2008).

Nikkey ou Nikkei, independentemente da grafia que pode ser encontrada em diversas obras, é uma categoria que busca reunir os imigrantes japoneses e seus descendentes como um único grupo, passível de estudo e referência (Fukumoto, 1986; Lesser, 2003). Esses atores sociais que são reunidos pela categoria Nikkei nos chamam atenção por exercerem práticas associativas como forma de mediação com os conflitos ou necessidades junto à sociedade receptora.

A prática de se associar não era uma novidade para os japoneses. No próprio Japão, a constituição das famílias não se pautava exclusivamente por laços de consanguineidade, tampouco permaneceu assim na imigração. Como os acordos de imigração propunham a vinda de famílias aptas ao trabalho, diversas famílias foram compostas por terceiros, configurando assim “famílias extensas” (Handa, 1987). Essas famílias, de hábitos e costumes muito diferentes daqueles encontrados no Brasil, vinham com o intuito de enriquecer e voltar ao Japão. Tal objetivo é, no entanto, frustrado após a II Guerra Mundial, momento em que o Brasil passa a ser moradia definitiva de muitos desses japoneses imigrantes e de seus descendentes. Durante o período do início da imigração japonesa até o final da II Guerra Mundial, “os japoneses parecem ter sofridos os impactos de uma alienação por conta de uma segregação étnica, por serem uma minoria imigrante” (Tsuda, 2003, p. 124, tradução nossa). Foi em virtude da necessidade de se agrupar, que a prática associativa japonesa passou a ter importância.

Como apontou Ruth Cardoso ([1972]1995, p.113), a estrutura familiar japonesa obtinha sucesso enquanto unidade cooperativa e associativa, pois “estas unidades domésticas, recém-chegadas ao Brasil, mantiveram-se relativamente isoladas, dispersas nas colônias das fazendas”. Seu relativo isolamento favoreceu, em larga medida, a consolidação de unidades mais fortes que podiam mediar com maior facilidade os conflitos colocados, sobretudo, quanto à língua e costumes dos japoneses, que diferiam muito daqueles comuns no Brasil. Essa estratégia adotada pelos imigrantes e seus descendentes não era de todo inovadora, pois “a tradição de

associações remonta a outras formas muito antigas, variantes de associações com finalidades religiosas e recreativas” na sociedade japonesa (Cardoso, [1972]1995, p.110).

Dessa maneira, o que se pôde observar foi a constituição de associações mediadoras, com finalidades recreativas, comerciais, políticas ou esportivas no Brasil. A recorrência da prática associativa entre os japoneses e descendentes destacada pela bibliografia nos despertou o interesse pela Associação Nikkei de Uberlândia, por sua apropriação da categoria Nikkei e pelo entendimento de sua prática associativa.

## A ASSOCIAÇÃO NIKKEI DE UBERLÂNDIA (ANIUDI)

A primeira colônia de japoneses no município de Uberlândia data de 1920, sendo uma comunidade no Bairro Brasil, que se consolidou ao redor de um templo xintoísta. Nas cercanias do templo, a colônia japonesa foi se formando, agregando algumas poucas famílias de Issei e Nissei (imigrantes em primeiro grau e segundo grau, respectivamente). Como em todo o processo inicial de migração japonesa no Brasil<sup>6</sup>, as condições de vida desses atores sociais não diferiam muito daquelas vivenciadas por seus pares rurais. Suas moradias eram casas geralmente feitas de alvenaria ou mesmo madeira, pintadas em cores vivas, com jardins bem cuidados e pequenas hortas. A colônia japonesa de Uberlândia permaneceu na mesma área por cerca de vinte anos. Com o acirramento da política de imigração internacional e da II Grande Guerra Mundial, a colônia encontrou sua extinção a partir dos primeiros anos da década de 1940. No período do Estado Novo, os imigrantes que ali ainda residiam foram perseguidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), os monges e demais moradores foram acusados de espionagem contra o governo brasileiro, culminando na expulsão de mulheres e crianças da região, e a prisão de monges e demais homens. Esses últimos foram encaminhados à central do DOPS em São Paulo. Até o término da II Guerra, nada se sabia desses japoneses presos. Não havia registro de sua situação, tampouco pistas de seu paradeiro. Somente após 1945, soube-se que a maioria dos presos foi libertada

e que sua maioria permaneceu na cidade de São Paulo pela facilidade de adaptação no Bairro da Liberdade – grande colônia japonesa (Silva e Pfeifer, 2010).

Por diversas décadas, o município de Uberlândia permaneceu sem um grupo mais consolidado de imigrantes japoneses, até que, com o crescimento econômico da cidade em virtude da malha rodoviária nacional, o município passou a ser moradia de descendentes de imigrantes japoneses vindos de cidades próximas, de Minas Gerais e do interior paulista.

A Associação Nikkei de Uberlândia (ANIUDI) aparece como a expressão mais institucionalizada da prática associativa de descendentes de japoneses na cidade. Não muito distantes de outros modelos do associativismo Nikkei, e das práticas associativas em geral, percebemos a centralidade dos projetos de indivíduos-chaves, atores sociais que se colocam como precursores das práticas associativas, na criação da associação. Assim, no final da década de 1980, quando os Nikkei ainda eram raros no município de Uberlândia e passavam por forte processo de estigmatização na sociedade receptora, um reduzido grupo de Nikkei, compostos por famílias pouco numerosas e de descendentes em primeiro ou segundo grau, começou a se reunir aos finais de semana para realização de práticas comumente associadas à cultura japonesa, tais como o preparo de comidas típicas, ouvir músicas tradicionais e compartilhar experiências comuns aos Nikkei, como narrativas de seus antepassados ou compartilhar problemas frequentes de inserção na comunidade local.

Desses pequenos vínculos que se formavam entre poucas famílias, reproduzindo a prática muito comum dos imigrantes japoneses e seus descendentes, criou-se uma Associação Nikkei no ano de 1988. Dessas pequenas alianças criadas entre famílias, emergiu a primeira Associação. Poucos se lembram dela e narram que durou apenas quatro anos, de 1988 a 1992. A princípio, os laços que buscaram institucionalizar a associação no final daquela década se fragilizaram no início da década seguinte, levando ao fim. Sem indivíduos-chaves para mediar e liderar em nome do grupo, ou ainda com um discurso mais marcante sobre a identidade Nikkei, aquela associação acabou por perder força.

Dez anos depois, surgia a segunda Associação Nikkei de Uberlândia. Sua criação se deu de maneira similar à primeira. Através da reativação de laços com pequenas famílias locais, que aos poucos iam se conhecendo. Inicialmente, marcada pelas práticas associativas informais, buscavam formas de se consolidarem como grupo pelo elemento catalisador de seus vínculos: a ascendência em comum, juntamente com um discurso de representantes da cultura japonesa. A prática de se reunir para pequenas celebrações de lazer mediadas pelos vínculos entre famílias de descendentes em primeiro grau acontecia frequentemente. Ainda que de forma mais ou menos fluida, os vínculos com as famílias foram ao mesmo tempo se fortalecendo e se expandindo. Havia, portanto, um grupo de Nikkei no município que crescia silenciosamente, se reunindo nas próprias residências e perpetuando (certamente não de forma estática, mas pela reelaboração) elementos da cultura de seus antepassados. Aos poucos, o número de famílias se tornou grande o suficiente para não ser comportado em apenas uma residência, inviabilizando assim as práticas Nikkei. Nesse período, início dos anos 2002, a aliança formada era constituída por cerca de cinquenta famílias. Dada a necessidade do grupo de se expandir e criar um espaço para as suas atividades em comum, almejando agregar mais Nikkei ao grupo que vinha se consolidando, preocuparam-se em criar oficialmente uma associação.

Faz-se interessante notar que, mesmo sendo criada em 2002, a Associação Nikkei não é a origem da forma associativa entre os Nikkei no município. Aquele gesto de, aos poucos, unificar e criar vínculos entre as famílias de descendentes japoneses, mantendo atividades em comum, traz a prática de associação. Ainda que de maneira não institucionalizada e diferentemente do que um número significativo de trabalhos apresenta sobre um movimento associativo com uma pauta mais reivindicativa e geralmente emergente no cenário político (Sader, 2008; Boschi, 1987), a prática de se dispor em conjunto por laços de amizade, solidariedade e vizinhança configuram a prática associativa tanto quanto a politização de suas demandas. “Falar em associação não é somente focalizar os rituais e o imaginário, os universos simbólicos, as utopias cívicas e

as denúncias públicas, mas antes estudar igualmente as formas sociais. [Elas] são meios de sociabilidade e socialização”(Cefai, Veiga e Mota, 2011, p.13).

A materialização dessa prática em um espaço de uso comum para as suas atividades, como a construção de uma sede, é antes resultado da prática associativa do que sua origem. Naquela época, a principal dificuldade era conseguir um espaço físico para ser a sede da Associação que, por escolha dos Nikkei, seria no mesmo bairro em que surgiu a primeira colônia. É justamente a partir da localização da associação Nikkei que devemos considerar suas práticas, atuação e (in)visibilidade no cenário local.

### ENCONTRANDO A ASSOCIAÇÃO

A primeira barreira que se impôs na compreensão da associação Nikkei foi, justamente, encontrá-la. Apesar da crescente emergência de manifestações culturais japonesas no município de Uberlândia, algo que certamente estava escondido do público mais amplo era a Associação Nikkei de Uberlândia (ANIUDI).

Os informantes mais imediatos em contato com a cultura japonesa eram frequentadores de restaurantes japoneses e interlocutores de pesquisas anteriores: jovens cujos processos identitários eram formados por usos, desusos e ressignificações da cultura pop japonesa em Uberlândia (Silva, 2010). Daqueles que foram capazes de uma resposta positiva sobre a localização da associação, a indicação era a mesma: “Fica no Bairro Brasil”. Nenhum daqueles jovens sabia a localização exata da associação. Tampouco ela estava registrada nos catálogos de endereço da cidade.

Noutro grupo de interlocutores, estavam aqueles contatos ligados a restaurantes de comida japonesa na cidade. Sendo comum a presença de Nikkei e de pessoas que, em algum grau, tinham contato com a cultura japonesa, os restaurantes de comida japonesa proviam informações diversificadas. Ao questionar funcionários desses restaurantes, eles também diziam apenas que sabiam que a associação ficava no Bairro Brasil, mas não sabiam onde, porque não eram membros. Contudo, alguns indicaram em qual porção do Bairro eles “achavam” que ficava a

associação, fornecendo referências locais.

Dada a dificuldade na obtenção de informações precisas, fomos à procura da associação no bairro, rua por rua. Já havíamos realizado a procura nas ruas por duas vezes, sem localizar qualquer indicativo, placa, banner ou fachada que apontasse a sua existência. Já no fim da tarde, após algumas horas de procura, paramos em um sacolão<sup>7</sup>, onde uma balconista conversava com outra mulher. Ao perguntar sobre a Associação de Japoneses, uma das senhoras indicou o lugar exato, dando o nome e número da casa. Levou algum tempo para nos questionarmos como alguém saberia tal informação com tanta precisão, num local onde a população local mal sabia da existência de uma associação de japoneses. Não muito longe daquele estabelecimento, em frente a uma oficina mecânica, estava a sede da Associação Nikkei de Uberlândia. Uma casa comum, parecida com as demais casas do bairro, pela qual provavelmente passamos umas três vezes naquela busca. Um jardim bem cuidado à frente, com um automóvel Uno Mille branco estacionado na larga garagem/varanda, o *front* da residência possuía portões de ferro pintados de verde escuro e um interfone no baixo portão de entrada. Apertamos o botão do interfone repetidas vezes em vão. Parecia que não havia ninguém na residência naquele momento. Aguardando na calçada, na esperança de que alguém aparecesse, vimos surgir na esquina a mesma mulher loira que encontramos no sacolão, que veio em nossa direção perguntando se aguardávamos alguém da Associação. Respondemos positivamente, explicamos que se tratava de uma pesquisa e que gostaríamos de conhecer a associação. Foi então que a senhora se apresentou como Shirley, esposa do responsável pela ANIUDI. Ela entrou na residência ao lado, dizendo que chamaria o marido. Estava explicada a razão dela possuir informações tão precisas sobre a associação. Não demorou muito, um senhor de estatura baixa e traços japoneses apareceu e abriu o pequeno portão fechado com cadeado, apresentando-se como Pedoro-san. Após as apresentações, dissemos o motivo da visita e ele nos convidou a entrar. Esse foi o primeiro contato com Pedoro-sensei<sup>8</sup>.

Em nosso primeiro diálogo, Pedoro-sensei se apresentou como o responsável pela associação,

mas ressaltou que o presidente era outro membro. Ele só cuidava da casa e era o professor de japonês. Puxando um calendário, ele apontou as datas em que poderíamos encontrar o presidente, Taichou-san, que normalmente comparecia na atividade culinária promovida pela associação. Quando perguntado sobre as atividades que a associação desenvolvia, Pedoro-san de pronto revelou que ela estava “meio parada”, mas que seus membros, até pouco tempo atrás, tinham um campo de *gateball* e que eles participavam todo ano do campeonato de *softball*. Além disso, a associação fornecia aulas de japonês para quem estivesse interessado, bem como realizava um evento culinário todos os meses para a comunidade local, um evento aberto, destacando que não era só para os Nikkei.

Naquele mesmo dia, Pedoro-san traçou em linhas gerais as atividades da Associação e nos orientou sobre a data do próximo evento de culinária, dando a primeira abertura para conhecermos a ANIUDI e seu funcionamento. Passadas duas semanas, comparecemos ao evento na associação e teve início, de forma mais sistemática, a pesquisa e o contato constante com seus membros<sup>9</sup>.

Esta pequena descrição etnográfica já aponta para um elemento importante da associação: sua visibilidade e atuação. A fachada pouco atrativa, cujo desconhecimento fica expresso na incapacidade dos moradores locais saberem a sua localização, mostra que a associação estava simplesmente ‘escondida’ no cenário urbano.

Atualmente, o local em que se encontrava a sede é um bairro de classe média, que vem paulatinamente sendo valorizado graças aos processos de reconfiguração da cidade, bastante diferente da ocupação inicial em que, no passado, o bairro figurava nas margens da cidade. A recente valorização do espaço vem modificando os valores de aluguéis naquela região. Graças à isso, e ressaltando que não havia um “caixa” para arcar com a construção de uma sede, um dos membros mais antigos da aliança entre famílias e professor de japonês dos descendentes, Pedoro-sensei, que havia recebido naquele mesmo ano uma herança em bens após o falecimento de sua mãe (*okaa-sama*), propôs que a casa herdada se tornasse a sede a ANIUDI<sup>10</sup>. Pedoro-sensei se colocou, portanto, como o mediador de uma

necessidade coletiva e, através de um acordo entre os fundadores e o presidente (Taichou-san), a associação ficou sediada naquela residência, mas não gratuitamente. O aluguel para aquela residência seria de trezentos reais mensais<sup>11</sup>, adquiridos através das atividades da associação e da mensalidade dos sócios.

Estabelecida a sede, de início, a associação parecia representar mais uma extensão das relações de vizinhança, compadrio e amizade entre um grupo mais restrito de famílias. De uma experiência pessoalizada, informal e afetiva, observamos o surgimento de uma forma associativa institucionalizada. E, com propósitos variados, a ANIUDI mantinha atividades diversificadas, desde a culinária, participação política local, esportes, ensino do idioma (primeiramente para os sócios, depois para a comunidade circundante) e lazer em geral. Aos poucos, foi-se delineando fins específicos para a associação através da conduta organizada de seus atores sociais. A formação de um *projeto*, em prol do coletivo Nikkei foi tomando forma à medida que a realidade local e cultural permitiu a ampliação gradual de um *campo de possibilidades* (Velho, 2003), que foi explorado pela associação.

Como toda forma associativa, quando observamos o contexto da imigração ou de seus descendentes, devemos observar suas conquistas pois são, em larga medida, o resultado de mediações de conflitos entre a sociedade receptora e os atores sociais. Nesse sentido, uma das características fundamentais dos vínculos associativos é a busca pela garantia de direitos aos seus membros face à sociedade receptora ou comunidade local, e isso não acontece apenas com as associações de japoneses (Cardoso, 1995). Como apontam Truzzi (2005), Lesser (2001) e Vilela (2001), a integração de outros grupos étnicos na sociedade brasileira passou, também, pela esfera da organização em comunidades e associações que buscavam a conquista de direitos. A tentativa de integração e estratégias dos imigrantes e seus descendentes, na busca de adaptação no novo território ou em situações adversas, bem como o sucesso e visibilidade dessas estratégias, são apontadas por Barreto (2011, p.308):

As associações surgem não apenas como lugar de sociabilidade e de convívio entre os imigrantes, ou de resgate da identidade nacional; mas aparecem como atores fundamentais no processo político em curso que vem delineando um novo caminho para as relações entre imigrantes e nacionais. Quer como canal legítimo de diálogo com o poder público (...), quer como mediadores em situações de crise e de violação dos direitos humanos as associações e organizações de proteção ao imigrante têm conseguido abrir espaço para sua atuação e um lugar de maior visibilidade.

Seguindo tal tendência, uma primeira bandeira que se colocou como objetivo da ANIUDI foi a busca pela extensão de direitos na sociedade japonesa para os nipo-brasileiros. Segundo a legislação japonesa, a aquisição de cidadania segue padrões muito específicos e burocráticos. A constituição japonesa prevê um capítulo exclusivo sobre a nacionalidade, sendo bastante criteriosa quanto à nacionalidade para estrangeiros. Grosso modo, os filhos de pai ou mãe japoneses, desde que notificados ao ministério japonês (principalmente através de suas embaixadas) têm direito à cidadania se tal notificação for efetuada até os vinte anos<sup>12</sup>. Para aqueles que não efetuaram tal comunicado ou registro (vale dizer, a maioria dos imigrantes japoneses que para o Brasil vieram), a lei segue o seguinte suposto em seu Artigo 5:

O Ministro da Justiça não deve permitir a naturalização de um estrangeiro a menos que ele preencha todas as condições seguintes:

1. que ele ou ela tenha domicílio no Japão por cinco, ou mais, anos consecutivos;
2. que ele ou ela tenha vinte anos de idade ou mais e de plena capacidade de agir de acordo com a lei do seu país de origem;
3. que ele ou ela tenha boa conduta;

4. que ele ou ela seja capaz de garantir o sustento por condições próprias ou capacidade, ou aqueles cujo o cônjuge ou parentes com quem vivam uma vida de despesas em comum;

5. que ele ou ela não tenha nacionalidade, ou aquisição da nacionalidade japonesa tenha causado a perda da nacionalidade estrangeira;

6. que ele ou ela nunca tenha planejado ou advogado, nem tenha formado ou pertencido a um partido político ou outra organização que tenha planejado ou advogado pela queda da Constituição do Japão, ou contra o Governo já existente, desde a promulgação da Constituição do Japão.

Portanto, a aquisição de cidadania japonesa precisa seguir um longo caminho, mesmo para aqueles que são descendentes. O visto para entrada é facilitado, mas a aquisição de dupla cidadania não. Inclusive, a mesma constituição prevê, em seu Art. 14, que para aquele indivíduo que possui pluricidadania, há de se fazer uma escolha entre a cidadania inicial ou a cidadania japonesa num período estipulado sob a pena de se perder o direito à cidadania japonesa. Caso o descendente não opte ou não se manifeste, considera-se que ele abriu mão dos vínculos que possui com o Japão.

Ciente disso, ao longo dos anos, Taichou-san buscou representatividade junto ao governo japonês para facilitar a aquisição de cidadania e direitos para os descendentes de japoneses que habitam Uberlândia. Seu contato com a política japonesa o liga diretamente com o ex-prefeito da província de Shimabara, Michitaka Maeda-san. Segundo o jornal *Participação* (1985), Maeda-san visita o município de Uberlândia com frequência por ter nascido nessa cidade. Apesar de ter moradia no Japão desde a infância, ele retorna ao município para visitar o túmulo de seu pai, enterrado num dos cemitérios da cidade.

A proximidade com o político é reforçada por Taichou-san que afirma se encontrar com Maeda-san em suas visitas à Uberlândia para tentarem ações conjuntas em prol dos Nikkei, apesar de reconhecer a dificuldade da situação.

Como nos explicou Taichou-san, Maeda-san é um representante de poder local, o ex-prefeito de Shimabara pertence à Câmara Baixa, suas propostas encontram assim dificuldades quanto à aprovação em instâncias superiores, frustrando sempre as expectativas dos Nikkei, principalmente de Taichou-san, que também desejava que Uberlândia fosse reconhecida como uma cidade-irmã japonesa em virtude da existência da associação e de “práticas japonesas” na cidade.

Este relato nos apresenta que a constituição de *accessos* (Kuschnir, 2000) é fundamental no jogo político e pode possibilitar a determinados indivíduos sua conversão em mediador. Nesse caso, Taichou-san, apesar de ter *acesso* a um representante político no Japão, não consegue sucesso em função de uma configuração de forças no qual o indivíduo-chave de sua rede de contatos não detém poder suficiente para influenciar a tomada de decisões no sentido favorável à demanda dos descendentes de japoneses no Brasil.

Ao mesmo tempo que desejava a ascensão da cidade de Uberlândia à categoria de cidade-irmã mediada pelas práticas comuns à cultura japonesa, Taichou-san mantinha uma posição firme quanto à concepção desse tipo de cultura e da situação da comunidade local em relação à Associação, principalmente quanto ao poder público municipal. Segundo ele, o governo municipal dava atenção à associação apenas quando lhe interessava, concedendo destaque midiático em alguns jornais e telejornais locais, tal como anunciar as vitórias do time de *gateball* da associação, ou trazer à tona ações em parceria com a prefeitura, como plantar árvores de cerejeira num parque ecológico do município (Parque do Sabiá). De forma geral, as notícias pareciam “enquadrar” a cultura japonesa como um produto artificial, um produto a ser consumido, facilmente manipulado para outros fins destoantes com aqueles almejados pela ANIUDI.

Cerejeira pra quê? Aqui no cerrado morre rápido se não cuidar constantemente. Olha o quão bonito é **um ipê rosa e florido!** Aqui tem tantas coisas bonitas e que a comunidade não dá valor. O principal problema aqui

no município é a cultura. Nossa secretária de cultura nem sabe dizer o que é cultura! Plantar uma cerejeira não é cultura. Comer com *hashi* também não. O que precisa aqui na região é valorizar a cultura. Não só a japonesa, mas sobretudo valorizar o que temos aqui. (Taichou-san, registrado em 20 de Março de 2011, grifo nosso)

Na maioria de nossas conversas com Taichou-san ele voltava à temática da cultura. Para ele, a cultura era sempre tratada no singular e, segundo nossa percepção, seu conceito de cultura estava muito próximo ao de educação e respeito, simultaneamente. O tema da cultura era pauta, sobretudo, quando o assunto eram os demais Nikkei no município.

Certa vez, perguntado sobre a relação que a associação mantinha com os demais descendentes japoneses, sempre muito polido, Taichou-san respondeu que nem todos os descendentes que habitam o município de Uberlândia participam da ANIUDI. Segundo ele, aqueles que não participam o fazem por não valorizarem a cultura japonesa, principalmente porque não entendem o valor que a “cultura” possui para a transformação da sociedade<sup>13</sup>. Naquela mesma entrevista, trouxemos à tona a questão do universo juvenil mediado pela Cultura Pop Japonesa em Uberlândia (Silva, 2010) e que, naquela época, o organizador dos eventos não tinha recebido apoio da associação. Ao ser questionado sobre esse fato, Taichou-san disse que não considerava “aquilo” parte da cultura japonesa, porque era coisa de jovens, não tinha nada a ver com a cultura japonesa em si. Era mercadoria e que na época o organizador recorreu à associação principalmente na busca de patrocínio financeiro para os eventos<sup>14</sup>, uma demanda difícil de ser atendida pois a sua renda era baixa.

Quando questionado sobre as famílias e a participação Nikkei em geral, Taichou-san disse que desejava que todas as famílias participassem, mas que “a maioria delas não dá valor”. Segundo ele, a última vez que houve contagem de famílias no município, havia cerca de trezentas famílias<sup>15</sup>, mas que só quarenta faziam parte da Associação. A maioria dos descendentes estaria “perdendo os valores” da cultura japonesa. Ainda assim,

Taichou-san não apresentou estratégias ou um projeto específico para agregar novos associados. Inclusive, reafirmou algumas vezes que a associação “estava lá para todos os descendentes e famílias que quisessem participar”, adotando uma atitude passiva quanto ao assunto.

Acerca do papel da ANIUDI no cenário uberlandense, Taichou-san também apontou elementos externos que exigem certas ações da Associação. O primeiro deles é o baixo apoio da Prefeitura Municipal e do poder público em geral para as práticas de associações. Segundo ele, após algumas reuniões com a Embaixada Japonesa, era uma situação comum o fechamento das associações de imigrantes, não só as de japoneses, mas de diversos grupos em todo o Brasil. Em Uberlândia mesmo, a única que permanecia de pé era a Associação Nikkei, porque a Italiana, Sirio-Libanesa, Portuguesa, Espanhola (daquelas que se lembrava) já haviam fechado. Era difícil conseguir manter essas associações porque o poder municipal não ajudava. Contou ainda que para as práticas esportivas havia conseguido uma área no Parque do Sabiá, mais especificamente na Vila Olímpica, através de um projeto que submetido a um edital da Prefeitura<sup>16</sup>, mas que a mesma só forneceu o terreno. A própria associação teria que arcar com os custos de se construir as quadras para *softball*, *gateball* ou outros esportes, o que tornou inviável a execução do projeto.

Apontou também que uma das poucas aberturas que possuía era no evento da feira gastronômica do Mercado Municipal<sup>17</sup> que acontece toda terceira quinta-feira do mês e que, mesmo assim, a ANIUDI tinha atuação limitada porque lá somente vendia *sushi* e *tempura*. Que eles não faziam outros alimentos porque no próprio mercado há uma loja de comida japonesa, o que poderia gerar conflitos. Para poder ter a barraca no evento, os associados tinham que se dispor a realizar todas as tarefas. Transporte, preparação de comida, montagem de barraca, compra de bebidas etc. Apesar da associação tentar repor os gastos que os membros tinham com a execução da atividade, às vezes, a participação na feira gerava prejuízo. Contudo, mesmo cientes de que não era uma ação rentável, em termos econômicos, tanto Taichou-san quanto Koku-san faziam questão de ressaltar

o papel da culinária japonesa no município e sua relação com a Associação para justificar a permanência no evento.

Para ambos, comida japonesa “virou moda” por conta de todo o discurso sobre saúde que reforçavam a comida japonesa como mais saudável. Talfato era ressaltado em jornais locais que noticiavam o crescimento no número de restaurantes na cidade<sup>18</sup>, mas que de acordo com Koku-san “comida, comida japonesa mesmo, só lá no Kiramu” –exaltando a mais antiga franquia de comida japonesa da cidade<sup>19</sup>. Ainda segundo aqueles atores, a comida era importante para a cultura japonesa, mas não era a única coisa. Koku-san então explicou que, quando ele era criança, o pai dele se reunia com outros pais, japoneses também, para fazerem *haiku*<sup>20</sup>, para cantar músicas típicas ou jogar *shogi*<sup>21</sup>. Com exceção da culinária e de algumas escolas do idioma, não tinha mais nada relacionado à cultura japonesa na cidade – na concepção de Koku-san. O que, segundo ele, era ruim porque quem procurava a associação procurava “só por conta do festival de *yakisoba*” ou, em escala bem menor, em função das aulas de japonês. Assim, acabavam por ceder a outras atividades sem vínculo com a cultura japonesa, propostas por seus membros. As novas atividades, por exemplo, incluíam o jogo de pôker, que acontecia na associação em algumas terças e quintas de forma muito esporádica, ou por meio de atividades combinadas somente entre eles, tal como pescarias nos sítios dos associados ou retomar a antiga prática de reunir algumas famílias nas residências para o preparo de comidas típicas, como era o caso do preparo de *udon*<sup>22</sup>.

Outro indicativo da perda da capacidade de aglutinação e da legitimidade como portavoz autorizado dos Nikkei na cidade refere-se à Nihongakko (escola de japonês)<sup>23</sup>. Esta já não recebia alunos há um bom tempo. Em seus primórdios, as aulas de aprendizado do idioma contavam com salas cheias, principalmente porque

(...)entre os imigrantes é notável a crença de que a aquisição da língua japonesa equivale *ipso facto* à aquisição do ‘espírito japonês’, ou seja, os preceitos morais peculiares à cultura japonesa. É corrente a expressão como ‘aquele

menino é honesto porque sabe falar o japonês’ ou ‘veja que a moça é preguiçosa porque ela não sabe falar japonês.’ (Izumi, 1972, p.376)

O idioma dos antepassados era, portanto, elemento de identidade Nikkei. Com o passar do tempo, os jovens que aprenderam o idioma na Gakko acabaram por buscar novos rumos, tais como o ingresso em universidades por todo o país ou fazendo parte do fenômeno *dekassegui*, valendo-se de sua herança cultural para ingressar no Japão moderno<sup>24</sup>. Ao estender nossa rede de interlocutores, entramos em contato com alguns ex-alunos da *nihongakko*. Estes disseram que a associação começou oferecendo aulas de japonês apenas para associados e suas famílias, mas devido à baixa procura com o passar dos anos e com a emergência de escolas de língua japonesa no município, a ANIUDI abriu sua *gakko* para a comunidade uberlandense em geral, buscando ganhar maior visibilidade<sup>25</sup>.

Quando indagado a respeito do total de alunos que se formaram pela *nihongakko* da associação, Pedoro-sensei primou por enfatizar que nos últimos anos havia alta desistência dos alunos na *nihongakko*, fato que “o deixava triste”, porque ele sabia que existiam ainda muitas famílias de japoneses no município. Preferiu não arriscar um número de alunos que formara no idioma, mas Pedoro-sensei mantinha os arquivos de todos os alunos<sup>26</sup>.

Pedoro-sensei declarou que não havia mais turmas na *nihongakko* no ano de 2011. Quando alguém queria aprender o idioma, ele indicava que as aulas ocorressem ao menos duas vezes por semana e que os indivíduos que procurassem pelo idioma formassem a própria turma. Pedoro-sensei aceitava turmas a partir de dois alunos, dizendo ser o ideal uma turma de cinco a sete alunos para que o custo das aulas fosse menor e que houvesse maior possibilidade de comunicação entre os interessados na língua japonesa. Na indisponibilidade de se montar turmas ou ter horários para os alunos, a indicação era que tivessem aulas com o sensei na instituição privada em que ele era professor. Dessa maneira, a presença de alunos foi diminuindo até a sala de aula da associação se tornar apenas mais um cômodo a ser limpo semanalmente.

Apesar da baixa procura pela escola de língua

da associação, existiam outras formas mais expressivas e intermitentes da participação Nikkei na Associação. Dois eventos, ambos do mesmo tipo, dependiam de uma agenda previamente estipulada, eram eles os eventos esportivos de *softball* e *gateball*. Tais atividades esportivas acabaram restritas aos fundadores da associação que, com recursos muito escassos, participavam de campeonatos no Brasil afora sem, contudo, obterem sucesso. A quantidade de famílias associadas foi diminuindo ao longo do tempo, chegando a cerca de quarenta famílias, das quais cerca de sete ou oito frequentavam a associação no segundo domingo do mês – dia de evento culinário.

Sem projetos para a expansão da Associação, a pauta imediata que se mostrava era justamente a sua sobrevivência. A baixa procura ou participação dos Nikkei era um indicativo de problemas sérios. As políticas municipais não auxiliavam a associação, que até então se mantinha com o evento culinário e a mensalidade de seus associados. A baixa divulgação das atividades, aliada a uma certa “invisibilidade” da cultura japonesa conforme apresentada pelos líderes da associação, auxiliavam apenas para sua inclusão na agenda de poucos conhecedores dessa entidade, alguns amigos de familiares ou dos Nikkei mais antigos da cidade que apoiavam as práticas da associação.

Então, após quase dez anos de existência (inclusive aqueles antes de sua formalização jurídica), a Associação Nikkei de Uberlândia começou a apresentar indícios de seu fechamento.

## 1º “FIM”

A mediação cultural desenvolvida pelos atores sociais vinculados a associações refere-se, fundamentalmente, à constituição de espaços de comunicação. Na prática, o conjunto de ações volta-se particularmente para a apresentação da cultura material e para a reconstituição de performances que possam remeter à cultura de origem. O “recuperar” as tradições culturais aparece, na maioria dos casos, como uma das poucas perspectivas aglutinadoras e constitutivas da “comunidade” e sua apresentação à sociedade local como um “cartão de visitas”. É exatamente

nesse ponto que observamos o pilar de sustentação da prática associativa ruir. Enquanto os membros associados, pertencentes às famílias fundadoras buscavam aglutinar as demais famílias oferecendo como *projeto* a reprodução da cultura japonesa, de uma tradição cultural que precisava ser mantida viva, existia um outro quadro também de Nikkei que não via as práticas da associação como 'atividades tipicamente japonesas'.

Quando lançamos o olhar para os Nikkei não associados encontramos indivíduos dispersos na teia urbana que, por opção, não participavam da ANIUDI porque não acreditavam que a associação era mediadora dos interesses da comunidade Nikkei. Os indivíduos não associados informavam que a prática associativa não tinha legitimidade em reproduzir a cultura japonesa, posto que não passava da mera reunião de um grupo limitado de famílias que realizavam certas atividades que eram, quando muito, um simulacro da "verdadeira cultura japonesa".

Um dos nossos interlocutores não-associados, Tanegawa-san, dono de restaurante de Yakisoba, narrou sua visão e situação quanto à associação:

Associação para funcionar, como qualquer outra associação, tem que ser sem fins lucrativos, simplesmente pra sociedade mesmo. É uma entidade social pra fortalecer os laços e a cultura japonesa, pra não ser esquecida no tempo. É assim que deveria funcionar, como qualquer outra Associação. A minha opinião é essa. Porque ter uma Associação, não é nada mais, nada menos que isso, tem que ser dessa maneira. A Associação é uma maneira da gente manter o que os nossos ancestrais deixaram pra nós e isso é educação. A educação é o primeiro passo pra você conseguir alguma coisa na sua vida, e a Associação tem que estar aí pra isso, pra sua comunidade. Pra ajudar, pra educar, pra resgatar os valores que estão na educação que a gente teve. Educação, transparência, a dedicação, confiança, credibilidade com você mesmo, ser você mesmo sempre. Isso traz fortaleza<sup>27</sup> e isso traz fortaleza para a sociedade, para a família. Você se fortalece. Isso é a coisa mais simples do mundo, viver em comunhão com sua família, com sua sociedade.

Eu até ajudo como posso, mas do jeito que a Associação funciona, não tem como associar. O que eu conheço e tenho exemplo é que uma Associação ela não pode ter lucro, não precisa ter fins lucrativos. Mas ela precisa ao menos empatar. Deixar o caixa no zero. Se você tem uma Associação que todo mês você tem que se sacrificar por ela, aí chega uma hora que não dá. É igual ao comércio aqui. Se eu começo a ter que tirar do próprio bolso para cobrir gastos, uma hora eu vou à falência. Eu tenho que, ao menos, empatar os gastos com os lucros ou ter lucros. O que eu vejo e que acontece ali (se referindo à ANIUDI) é que a Associação dá prejuízo para as pessoas que estão lá. Claro, sem contar que o que aconteceu ali, entre eles mesmos, é que era um grupo de amigos que se juntou, daí formaram a Associação. Só que assim não dá, porque fica nas costas desse pequeno grupo de amigos, entende? É por isso que tem muita gente que não se junta. Como não tem nenhum descendente de japonês no poder local, aí fica difícil conseguir algo pra nós. Se tivesse alguém lá na prefeitura, que fosse descendente, aí sim dava pra montar uma associação mais forte, que dá valor à cultura dos japoneses.

Apontando a falta de apoio do poder público para as questões japonesas no município, Tanegawa-san também revelou planos para uma mudança de cenário. Disse que tinha que ter algum descendente de japonês no poder porque senão "sua comunidade nunca iria conquistar nada na cidade", principalmente porque sabia que a cidade não era um foco da migração japonesa, marcando apenas uma tímida presença na cidade.

Quando questionado sobre sua relação com outros Nikkei do município, Tanegawa-san disse que não possuía nenhum vínculo mais profundo, mas conhecia vários por ser do comércio. Suas redes de sociabilidade com outros Nikkei extrapolaram as fronteiras do município, sendo vínculos antigos de sua estadia em outras unidades federativas. Recordou-se de Guaíra (São Paulo), cidade em que frequenta o Kaikan (Clube Nikkei):

Eu e minha família participamos muito do

Kaikan de Guaira. Lá a gente encontra com outros descendentes, os amigos da família. Lá é bom porque tem muito japonês, a comunidade lá é forte. Então a gente tem sempre assunto em comum. A família da minha esposa ainda vive lá, tão lá ainda, então quase todo Ano Novo a gente passa lá e às vezes, quando dá, a gente também vai pro Undokai<sup>28</sup>. Lá tem uma comunidade grande. O meu encontro com a comunidade japonesa é lá. Muita gente daqui de Uberlândia conhece lá também. Falar de Kaikan e Undokai de Guaira, o pessoal daqui conhece porque a divulgação é muito forte. Tirando Ribeirão, o clube, Guaira é a segunda pras coisas japonesas.

*Então aqui na cidade você não participa de eventos japoneses?*

Cara, não dá. O que tem de evento aqui de japonês é esse da garotada dos desenhos e tudo mais. Já cheguei a levar a lojinha pra lá num desses, mas não é bem cultura japonesa né. Eu sei que lá na associação tem *Undokai*, mas que eles vão pra fora. Tinha era que ter aqui na cidade mesmo. Tirando isso, o que tem de evento japonês na cidade é um festival de culinária de um ou outro dono de loja de comida japonesa. É como eu já te falei, aqui a gente não tem uma comunidade muito unida porque tem diferença entre tempo que mora aqui, de quem é mais velho na cidade. Então, como a gente conversou naquele dia<sup>29</sup>, a Associação daqui parece que não é pra todos os descendentes, é mais pro grupo deles lá. Tem muito japonês que fica de fora. E tem japonês antigo da cidade que fica de fora! Seria bom você falar com o Yoshio-san, porque ele sim tem umas coisas sérias contra a Associação. Ele é dono de uma autoescola. Na verdade, ele já é aposentado, mas os filhos dele que toma conta. <Tanegawa-san pediu a prancheta que carregávamos pra escrever o nome da autoescola e quem deveríamos procurar>. Então eu acho

que seria uma boa você conversar com ele, porque ele tá aqui já tem mais tempo.

Seguindo sua indicação, buscamos conhecer Yoshio-san. Este nos recebeu em sua residência, sendo um senhor bem humorado e comunicativo. De maneira similar à Tanegawa-san, perguntamos a Yoshio-san qual era sua visão sobre a associação e se ele participava:

De jeito nenhum! Eu não participo daquilo lá. Eu sou contra usar o nome de associação de japonês quando não faz nada pela comunidade local, pros japoneses que moram aqui. Quando foram montar aquela associação, me chamaram e eu recusei. O que eles queriam não tinha nada a ver com Associação. Lá em São Paulo, Associação é algo diferente. É pra promover a cultura japonesa, pra juntar a comunidade. Aqui eles não fazem isso. Eu já vi bem como funciona. Tem uns quatro ou cinco que mandam lá e fazem as coisas, e fazem mais pra eles mesmo. Para aquele pequeno grupo de famílias que se juntou lá. Aquilo lá não tem nada a ver com cultura japonesa. No máximo a escolinha que ensina japonês. Quando eu morava em São Paulo lá sim tinha a cultura japonesa. Os festivais, os eventos, as celebrações, as tradições tudo tinha lá. A comunidade tava sempre perto da Associação porque era lá que a gente se reunia e via outros japoneses. Era como se juntasse todo mundo que parecia igual. Era tudo japonês. Aqui eles tentam imitar o que outras Associações fazem, mas só tentam, porque não consegue. Porque o que eles fazem aqui? Ensinam japonês, tem *yakisoba* e viajam pra outra cidade pra fazer *Undokai*? Só. Tem muitas outras festividades que uma Associação de Japoneses tem que ter. A de ano novo, a de passagem das estações. Hoje em dia tem até *taiko* pra garotada. (Yoshio-sama arqueou as sombrancelhas como se indagando se havíamos entendido essa última).

*Sim, o taiko são os tambores.- respondemos*

Então, uma associação de cultura japonesa tem que ter isso tudo. Aqui, nem o festival de comida deles é tão japonês assim. Eu fui lá algumas vezes, não tinha nem *ramen*. Era só *soba* e o resto era comida do Brasil mesmo. Nada muito japonês. Por isso eu falo, que de japonês mesmo, só a escolinha lá. Sem contar que também, veja, eles querem manter uma Associação só entre os japoneses mesmo. Como você está pesquisando, já deve saber que tem muita coisa da cultura japonesa aqui na cidade, associação mesmo. Tem o pessoal do *bugei*<sup>30</sup>, tem muitas academias de luta, tem muito restaurante de comida japonesa, tem lá o centro de cultura que às vezes dá aulas do *ikebana*<sup>31</sup>. Tudo isso era coisa que tinha que estar ligado na Associação, mas não tá, porque a Associação é fechada. Se não for só aquilo lá que eles querem, não entra pra Associação.

E complementou sua fala ao ser indagado se ele montaria outra associação:

Bom, agora já não dá porque eu tô aposentado, mas se fosse pra eu montar a Associação há alguns anos atrás, era chamando esse pessoal todo que faz parte, cada um com um pedacinho, da cultura japonesa aqui. Eu acho que só assim a gente poderia montar uma Associação forte, porque eu sei que a que tem anda fraca. Porque não adianta ter uma Associação de Japonês que não tem nada pra comunidade japonesa, sequer o que é da cultura japonesa. Eu lembro que às vezes eu, com a minha família, a gente reunia com as famílias de japoneses aqui da cidade e todo mundo se conhecia e foi daí que surgiu a Associação. E não foi essa que tem agora. Era uma outra que já terminou. Terminou porque o pessoal deixou de lado mesmo. Mas tínhamos planos pra aumentar as coisas de cultura japonesa. Hoje, já tem tanta coisa na cidade que, se juntasse, ia fazer diferença. Tem muita gente ligada à cultura japonesa que se juntasse, montava uma Associação forte. Então pra uma Associação ter força, tem que se vincular com as outras coisas de cultura japonesa, senão não vai pra frente.

Tanto pela fala de Tanegawa-san quanto de Yoshio-san, o primeiro Nikkei, relativamente novo no município, comerciante, não-associado, o segundo, um Nikkei de longa data na cidade, também autônomo e não-associado, parece corroborar discursos de que aqueles que não eram associados não se sentiam representados pela associação Nikkei e que, cada um ao seu modo, buscava manter vivo o discurso sobre 'a cultura japonesa'.

Ao passo que a associação e seus mediadores não conseguiam incorporar esses outros Nikkei por não se colocarem como representantes legítimos do discurso sobre a "cultura japonesa", emergia também novas formas de representação e ressignificação da cultura japonesa: o *japop*<sup>32</sup>.

Uma nova geração, de descendentes Nikkei e de não descendentes, passou a se identificar com esses elementos massificados da indústria cultural japonesa, não reconhecendo também as atividades propostas pela associação, principalmente pela recusa da associação em participar dos eventos de Cultura Pop Japonesa crescentes no município e região nos últimos anos (Silva, 2010).

Assim, o processo lento e gradual de perda de membros, inclusive das famílias mais próximas do período de fundação, a incapacidade de representar outros Nikkei não-associados e a não-identificação das práticas culturais associativas vistas como "tradicionais" pelos mediadores da associação com as novas práticas "modernas e juvenis" da cultura japonesa, corroeram aos poucos as bases da prática associativa Nikkei em Uberlândia. No ano de 2011, durante um evento culinário, Taichou-san anunciou o "fim" das atividades da ANIUDI. A dificuldade em manter as famílias unidas, associada às dificuldades financeiras da associação levaram, na visão do presidente (Taichou-san), ao seu fim.

Observamos a perda da legitimidade da prática associativa, sempre mantida com dificuldade, cujo discurso de "representantes da cultura japonesa" foi fragilizado por outros mediadores das práticas culturais. A associação Nikkei que, em seus primórdios, desenvolveu projetos para a representação e identificação de famílias locais de Nikkei, "apresentando" tradições culturais, gostos, modos de ser,

culinária, dentre outros, aos poucos foi perdendo a capacidade de representar atores sociais que seguiam outros processos e incorporavam transformações dos padrões tanto locais quanto da(s) cultura(s) japonesa(s) contemporânea e não mais dependiam da associação para mediar a consolidação de sua integração.

No curso de sua manutenção, a busca pela criação de acessos e espaços para estender as práticas de vizinhança, compadrio e reconhecimento mútuo das famílias Nikkei parece ter sido o carro-chefe da estratégia adotada pela associação. Estabelecer o diálogo com outros Nikkei, mediar a busca por novos espaços, práticas culturais, esportiva e até políticas foram decisivos para conseguir destaque durante um período de tempo maior que a primeira associação, criada nos anos 1980. Mas a associação Nikkei não encontrou sucesso para sustentar a sua legitimidade como porta-voz dos Nikkei.

A ampliação de sua capacidade de articulação política e cultural, saindo do mero encontro pessoalizado de famílias à consolidação de uma instituição não teve como contrapartida a ampliação efetiva de seu contato com novos atores sociais Nikkei.

Mas o que faltou para uma maior mobilização Nikkei? Por que a associação não conseguiu engajar mais Nikkei em suas atividades e na vida associativa? Qual a maneira de se fazer conhecer e de criar mecanismos de fixação e envolvimento de novos Nikkei? Essas são algumas das perguntas que nos fazemos e temos algumas pistas que podem nos indicar um caminho.

## DESAFIOS E ALTERNATIVAS

No processo de institucionalização da *mediação cultural* desenvolvida pela associação, parece ter havido uma inflexão do movimento que inicialmente era da cultura para a política (reafirmação de valores culturais como forma de pertencimento a um passado em comum; re-significação de identidades; alternativas e estratégias para integração na sociedade local), frente ao fracasso em legitimar-se, em ser reconhecido como ator político e porta voz dos Nikkei. A legitimidade associativa para as questões culturais que ela pretende representar

não encontrou eco entre os demais Nikkei da cidade, e não julgou pertinente incorporar novas linguagens e práticas de sociabilidade e de apresentação das manifestações culturais.

A categoria de cultura japonesa passou a ser englobada por novos atores, apropriada e re-significada pelos processos de transformação cultural, cooptando a associação e redirecionando uma apresentação de si padronizada pelo discurso de representação da legitimidade sobre “a cultura japonesa” que parece querer gerir a diferença pela imputação de uma igualdade de apresentação dessa diferença.

Em outros termos, ao incentivar a teatralização da cultura japonesa pela representação de seus aspectos típico-imaginários como culinária tradicional, esportes populares no Japão, ensino do idioma, dentre outros, a associação e novos atores sociais adaptaram a categoria cultura japonesa a um instrumento definidor da legitimidade, poder e tomada de decisões acerca dos Nikkei.

O desafio de representação Nikkei não parece ser de fácil solução. De um lado temos as famílias mais tradicionais, compostas majoritariamente por Nikkei mais velhos e com a visão de uma cultura japonesa tradicional. Por outro, Nikkei de experiências diversas que não se associam por possuírem uma visão diferente sobre o que é a cultura japonesa. E ainda, numa terceira vertente, jovens que incorporam o discurso de representantes de uma nova cultura japonesa, pop, moderna, juvenil. A adaptação aos novos códigos e valores faz-se fundamental para a realização do trabalho de mediação. Se a ANIUDI conseguiu ser bem sucedida em sua atividade de mediação política e cultural em um período onde havia menos heterogeneidade entre os segmentos Nikkei no município, e os laços familiares e de vizinhança garantiam a reprodução de sua legitimidade, agora há necessidade de que a mediação seja também interna entre códigos culturais distintos, oriundos ou não de uma mesma concepção de cultura antepassada. Na tentativa de criar um discurso forte e unificador para fora, a associação esqueceu-se da diversidade que outros atores sociais e novas gerações representam, e que para pretender se tornar porta-voz dessas pessoas, primeiramente, precisará se aproximar

novamente deles e redescobrir as várias “culturas japonesas” existentes.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERE, R.; FERREIRA, L.; VIEGAS, T. *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta, 2000.

BARRAL,É. *Otaku: os filhos do virtual*. Tradução de Maria Teresa Van Acker. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. Entre a política e a cultura: associativismo imigrante em Portugal. In: MALAMUD, A.; FLÓREZ, F. C. *Migrações, coesão social e governação*. Perspectivas Euro-Latino-Americanas. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Entre a política e a cultura: associativismo imigrante em Portugal. In: MALAMUD, Andrés e FLÓREZ, Fernando Carrillo. *Migrações, coesão social e governação. Perspectivas euro-latino-americanas*. Lisboa, imprensa de Ciências Sociais, 2011.

\_\_\_\_\_. 2008. «Mediação e Mediadores: o associativismo imigrante de brasileiros em Lisboa». Comunicação apresentada no *Seminário Internacional Cidades e Estilos de Vida*, Lisboa, CIES/ISCTE, 29-30 de setembro.

BONAFE-SCHMITT, JEAN-PIERRE. La médiation: Un nouveau mode de régulation sociale. In : *Annuaire horizon local de Globenet*, 02 avril 2006.

\_\_\_\_\_. *Médiation et régulation sociale*. Lyon: Université Lyon, 1992. 189 p.

BONDU, D. *Nouvelles pratiques de médiation sociale: jeunes en difficulté et travailleurs sociaux*. Paris: ESF Editeur, 1998, 219 p.

BROWN, N. Beachboys as culture **brokers** in Bakau Town, The Gambia. *Community Development Journal*, v.27, pp.361-370, 1992.

BOSCHI, R. *A arte da associação, política e*

*Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

CARDOSO, R. C. L. [1972] *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. Tradução de MasatoNinomiya. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CASTRO, Celso. Comentários. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.

CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. S.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF, 2011.

FERNANDES. A. *Cresce a concorrência na culinária japonesa*. In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 06/11/2011. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/cresce-a-concorrenca-na-culinaria-japonesa/>> Acesso em: 10/12/2011.

FERRE, Isabelle. 2002. Villeet médiation: note de synthèse. *Le Cubitus*. Disponível em: [http://www.cdu.urbanisme.equipement.gouv.fr/IMG/pdf/mediationnote\\_cle01fa31.pdf](http://www.cdu.urbanisme.equipement.gouv.fr/IMG/pdf/mediationnote_cle01fa31.pdf). Acesso em: 29 de Agosto de 2013.

FREYNET, Marie-France. Les médiations du travail social: (re)construire les liens. *Chroniques sociale*, 1995.

FOUTEAU, Carine. [2006]. Expulsables. Comment vivre sans papiers en France quand on est en règle dans son pays. In: BEAU, Stéphane, CONFAVREUX, Joseph, LINDGAARD, Jade. *La France invisible*. Paris : éditions La Découverte, 2008.

FUKUMOTO, M. Americanidad de los “Nikkei” em las Americas. In: III COPANI. *O Nikkei e sua americanidade*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1986.

GERSHON, Iiana. When Culture Is Not A System: Why Samoan *Cultural Brokers* Can Not Do Their Job. *Ethnos*, v.71, pp.533-558, December 2006.

GUILLAUME-HOFNUNG, Michèle. *La médiation*. Paris : PUF, 1995.

- HANDA, T. *O imigrante japonês: a história da sua vida no Brasil*. São Paulo: T A Queiroz, 1987.
- IZUMI, S. *A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- KEHDY, M. O.; SILVA, D.M.; *A presença Japonesa em Minas Gerais: imigração e investimento (1908-2008)*. Belo Horizonte: Associação Mineira de Cultura Nipo-brasileira, 2010.
- KUSCHNIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LE CHAUX, P. et MEYNIER, F. *Des médiateurs sociaux à la fonction de médiation sociale: propositions en vue de la professionnalisation de la fonction de médiation sociale et de ses acteurs*. Paris: Cairingenierie, 2000. 80p.
- LESSER, J. *A negociação da identidade cultural: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Japanese, Brazilians, Nikkei: A short History of Identity Building and Homemaking. In: \_\_\_\_\_ *Searching for home abroad: Japanese brazilians and transnationalism*. Minneapolis: Duke University, 2003. p. 5-20.
- \_\_\_\_\_. *Uma diáspora descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LOURENÇO, A. L. C. *Otakus: Construção e Representação de si entre Aficionados por Cultura Pop Nipônica*. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LUYTEN, S. B. (ORG). *Cultura Pop Japonesa: animê e mangá*. São Paulo: Hedra, 2005.
- MAZZARELLA, W. Culture, globalization, mediation. *Annual Review of Anthropology*, v.33, pp. 345-367, October 2004.
- NAKAGAWA, H. *Introdução à cultura japonesa: Ensaio de antropologia recíproca*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PARTICIPADÃO. *Prefeito Japonês nasceu em Uberlândia*. Ano I. n.7. Abril de 1985.
- PEACE, A. *Anthropology in the postmodern landscape: The importance of cultural brokers and their trade*. *The Australian journal of anthropology*.v.9, n.3, pp.274-284, 1998.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SATO, C. *Cultura pop Japonesa*. São Paulo: NSP-Hakkosha, 2007.
- SILVA, F. *Otaku: a experiência do pop japonês*. Uberlândia. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- SILVA, A. P.; PFEIFER, A. A. *Álbum de Figurinhas de Uberlândia*. Uberlândia: Nobel, 2010.
- STOLCKE, V. *Cultura européia: uma nova retórica de exclusão*. Documento preparado para o congresso sobre «Etnia, nacionalismo e cultura na Europa ocidental», Universidade de Amsterdã, 24 a 27 de fevereiro de 1993.
- Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_22/rbcs22\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_02.htm)
- Acessado em 17 de junho de 2013.
- TRUZZI, O. M. S. *Sírios e Libanês: Narrativas de História e Cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005
- TSUDA, T. *Homeland-less Abroad: Transnational Liminality, Social Alienation, and Personal Malaise*. In: LESSER, J. *Searching for home abroad: Japanese brazilians and transnationalism*. Minneapolis: Duke University, 2003. p.121-161
- VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.

VILELA, E. M. *Sírios e Libaneses: redes sociais, coesão e posição de status*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol26, n.76, jul/ 2001.

#### Notas

1 Quando nos referimos à mediação e, principalmente à expansão de seu uso, não podemos desconsiderar seus usos e a legitimidade que a noção de mediação vem ganhando a partir da bibliografia contemporânea sobre o tema. Justificamos a ênfase na bibliografia contemporânea neste artigo, tendo em vista o número considerável da produção recente sobre essa temática específica em diversos países, com destaque para França e EUA. No entanto, cabe a ressalva de que não faremos aqui uma gênese do conceito, mas gostaríamos de destacar a importância e influência de trabalhos de autores da Escola de Chicago já na primeira metade do século XX e o de Foote-Whyte. Algumas áreas se destacam na produção a esse respeito como o Urbanismo, o Direito, a Educação (com destaque à escola), a Sociologia e a Antropologia.

2 Há uma bibliografia ampla e variada sobre mediação cultural na área da educação, com abordagens que ora se aproximam, ora se distanciam da perspectiva da antropologia e dos estudos culturais. Ver, entre outros: Jegede, O.J., & Aikenhead, G.S. (1999). Transcending cultural borders: Implications for science teaching. *Journal for Science & Technology Education*, 17; Jezewski, M.A., & Sotnik, P. (2001). *The rehabilitation service provider as culture broker: Providing culturally competent services to foreign born persons*. Buffalo, NY: Center for International Rehabilitation Research Information and Exchange; Phelan, P., Davidson, A.L., & Cao, H.T. (1991). Students' multiple worlds: Negotiating the boundaries of family, peer, and school cultures. *Anthropology and Education Quarterly*, 22, 224-250; Aikenhead, G.S. (2001). Integrating western and Aboriginal sciences: Cross-cultural science teaching. *Research in Science Education*, 31(3), 337-355.

3 Não abordaremos aqui a mediação cultural em relação ao mundo artístico, aos projetos e políticas culturais ou à dimensão da chamada gestão da produção cultural. No entanto, destacamos que um outra abordagem crítica pode ser encontrada, por exemplo, nos estudos sobre globalização e na tradição dos estudos culturais, como o artigo de Mazzarella (2004) que a partir de uma revisão da literatura explora as contradições entre modelos substancialistas e essencialistas de cultura a partir de teorias da globalização e dos medias, enfocando a mediação a partir do último termo.

4 Pode-se pensar que neste caso a educação também pode ser lida como uma espécie de *processo*

*civilizador* ou civilisatório (Elias, 1990) imputado aos recém-chegados.

5 Disponível em: <http://www.uuworld.org/2002/04/feature1b.html>

6 A imigração japonesa para o Brasil inicia-se, oficialmente, com a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos em 1908. Dentre os diversos intuitos da elite brasileira, estavam a aplicação da força de trabalho japonesa nas lavouras que sofriam com a falta de trabalhadores (pois os negros e italianos deixavam as fazendas) e a tentativa de um “embranquecimento” da nação, depois ressignificado e usado contra os japoneses sob a forma de um “perigo amarelo”. Para mais, c.f. Cardoso, 1995 e Handa, 1987;

7 Sacolão é um termo comum para armazéns que oferecem frutas, legumes e verduras, bem como alimentos básicos como arroz e feijão.

8 Note-se que a forma como aquele Nikkei se apresentou é diferente daquela que aqui o retratamos visto que, em virtude da relação pesquisador-pesquisado, num contexto permeado por interações moldadas por elementos culturais japoneses, mantém-se a formalidade em lidar com o pesquisado considerando sua cultura. Uma vez que um dos pesquisadores participava das aulas de Pedoro-san na *nihongakko* (escola de japonês), o honorífico “-sensei” passa a ser empregado toda vez que nos referimos ao professor. Para mais sobre as formas de tratamento japonês, c.f. Nakagawa, 2008.

9 Registro de diário de campo: 07/09/2010 – Primeira incursão após delimitação do campo.

10 A antiga residência de sua *okaa-sama*, localizada ao lado da sua, possuía um portão de acesso lateral permitindo a transição entre ambas as residências, o que em marcava sua relação distinta com o lugar em comparação aos demais membros e, em alguns momentos, indicava alguns conflitos.

11 Para efeito de comparação, uma estimativa de valor para o aluguel de uma residência daquela proporção no mesmo bairro gira entre mil e dois mil reais.

12 A lei da nacionalidade (Lei No. 147 de 1950, alterada pela LeiNo.268 de 1952, a Lei no.45 de 1984, a Lei no.89 de 1993 e Lei No.147 de 2004). A maioria no Japão é a partir dos 20 anos.

13 Interessante notar que, em contrapartida, ao conversar com uma descendente nikkei, filha do dono de um dos mais famosos restaurantes de comida típica japonesa em Uberlândia, ela afirmou que a família não participava da associação justamente porque eles não consideravam que a associação fazia coisas tipicamente da cultura japonesa.

- 14 Dados de pesquisa anterior (Silva,2010) apontam que o organizador do principal evento de Cultura Pop Japonesa no município, chamado Tsukai, recorreu à Associação em busca de patrocínio financeiro, pois até então, seus eventos não recebiam verba dos projetos municipais da lei de incentivo à cultura.
- 15 Pedoro-sensei, posteriormente, apontou que a estimativa de Taichou-san era baseada num pequeno censo realizado pela antiga associação na década de 1990. Dando um palpite sobre a quantidade de famílias Nikkei no município em 2011, Pedoro-sensei disse que, por causa do crescimento da cidade, já deveria haver cerca de novecentas ou até mesmo mil famílias.
- 16 Convém aqui notar que Taichou-san era professor em instituição federal de ensino, habituado a concorrer editais com projetos.
- 17 O Mercado Municipal de Uberlândia é um velho centro comercial que fornece um espaço para diversos eventos.
- 18 A reportagem de Fernandes (2011) apresenta a existência de mais de dez restaurantes especializados na culinária japonesa, todavia, o número real de estabelecimentos que servem comida japonesa é maior. Ao que tudo indica, a reportagem considerou apenas os estabelecimentos que servem comida japonesa exclusivamente.
- 19 Ainda que não pertencente à Associação, a família que gerencia o restaurante Kiramu é a responsável por eventos bianuais de gastronomia na cidade.
- 20 *Haiku* ou *haikai* (a segunda forma é mais conhecida) é uma arte japonesa de composição de versos métricos que busca eternizar um momento.
- 21 O *shogi* é um jogo de guerra similar ao xadrez ocidental.
- 22 Como os ingredientes para o preparo de *udon* eram um pouco mais caros e a técnica leva um tempo maior, eles não faziam no evento culinário (festival do *yakisoba*), mas reuniam algumas pessoas para fazerem o prato de vez em quando.
- 23 *Nihongo* = idioma japonês ou língua japonesa. *Gakko/Gakuen* = escola.
- 24 O fenômeno *dekasegui* refere-se ao movimento inverso da imigração japonesa, ou seja, os descendentes dos imigrantes japoneses, que vieram ao Brasil com o intuito de enriquecer, no final do século XX, enviavam seus filhos ao Japão, fosse para conhecer a terra de seus antepassados, fosse para trabalhar, enriquecer e, talvez, voltar ao Brasil.
- 25 Vale apontar que Pedoro-sensei, além de professor na Associação, também é professor de língua japonesa em outra instituição privada de ensino.
- 26 Em diversas situações que envolvia o repasse de informações mais profundas da Associação, os interlocutores buscavam mudar o tópico da conversa ou justificavam que não podiam fornecer documentos.
- 27 N.d.a – Quando Tanegawa-san apresentou o termo fortaleza entendemos que este evoca o imaginário da construção *ipsis litteris*, sendo utilizado em expressões variadas, o que o termo encerra são conceitos como sólido, resistente, seguro, ao mesmo tempo que combativo.
- 28 O *Undokai* é a prática de esportes em nível amador, geralmente no Outono, em que as famílias se reúnem para atividades física.
- 29 Tanegawa-san se referia ao dia em que compareci na sua loja para marcarmos uma data para entrevista. Ele havia dado uma breve explicação do que achava da associação local, sendo mais enfático no primeiro dia e ponderado na entrevista.
- 30 O *bugei* a que se referia era a escola de artes marciais/militares japonesa. O município possui uma delas.
- 31 O *ikebana* é uma arte japonesa que engloba técnicas de arranjos florais.
- 32 O Japop ou Pop japonês, consequência da ocupação norte-americana no Japão após a Segunda Guerra Mundial, apresenta uma releitura globalizada de elementos de consumo de uma juventude que cresceu num Japão pós-guerra de estabilidade econômica e cultural. Seus elementos se difundiram por todo o globo. Em maior ou menor grau, desenhos animados japoneses, quadrinhos, música, estética, dentre outros, são elementos que compõem a identidade juvenil brasileira da segunda metade da década de 1990 (Lourenço, 2009; Barral, 2000; Sato, 2007; Lyuten, 2005).

